



**ATA Nº 01/2014 – 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
DO CAMPUS SÃO BORJA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

1 Às treze horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de janeiro de 2014, na sala 1202 do Campus
2 São Borja, realizou-se a primeira reunião ordinária do Conselho do Campus São Borja em 2014.
3 Presentes: Elisângela Maia Pessoa, coordenadora acadêmica, no exercício da direção e na
4 presidência do Conselho; Luís André Padilha, coordenador administrativo; coordenadores dos
5 cursos de graduação: Ângela Gomes, Edson Paniagua, Valmor Rhoden; Jaina Pedersen,
6 coordenadora substituta do curso de Serviço Social; Renata Coutinho, coordenadora substituta do
7 curso de Publicidade e Propaganda; Miro Bacin, representante docente; Daniel Etcheverry,
8 coordenador da Comissão de Pesquisa; Juliana Moreira Rhoden, coordenadora da Comissão
9 Local de Extensão; Dayse Pestana, representante dos servidores técnico-administrativos; Nizar
10 Shihadeh, representante discente; e, secretariando a reunião, a secretária executiva Katia Luisa
11 Seckler. A reunião teve como pauta: 1) Apreciação das Atas 08/2013, 09/2013, 10/2013 e
12 11/2013; 2) Resultados das eleições para o Conselho do Campus e Comissões Locais; 3)
13 Assuntos relacionados a Ensino, Pesquisa e Extensão; 4) Decisões *Ad referendum*; 5) Pedido de
14 recurso em concurso público; 6) Assuntos gerais. **1) Apreciação das Atas 08/2013, 09/2013,**
15 **10/2013 e 11/2013:** a professora Elisângela iniciou a reunião apresentando as Atas que foram
16 enviadas aos Conselheiros por e-mail para apreciação. As Atas 08/2013, 09/2013, 10/2013 e
17 11/2013 foram aprovadas pela maioria do Conselho, com duas abstenções. **2) Resultados das**
18 **eleições para o Conselho do Campus e Comissões Locais:** a professora Elisângela
19 apresentou os resultados das Eleições realizadas no Campus no dia 10 de dezembro de 2013
20 para o Conselho de Campus, Comissões Locais e coordenações dos cursos de Serviço Social e
21 Licenciatura em Ciências Humanas. Para o Conselho do Campus, como representante docente,
22 foi eleita como titular a professora Carmen Regina Abreu Gonçalves, com 20 votos, e como
23 suplente a professora Juliana Zanini Salbego, com 18 votos; para representante dos servidores
24 técnico-administrativos, foram eleitos os servidores Ricardo Brites Moreira, com 08 votos, e Nilson
25 Zalewski, com 05 votos, como titulares, e a servidora Dayse Pestana, com 04 votos, como
26 suplente. Para a representação discente no Conselho do Campus, foi eleito o aluno Éverton Luís
27 Toller (candidato único), com 79 votos. Para a Comissão Local de Ensino, como representante
28 docente, foi eleita a professora Lisianne Pintos Sabedra Ceolin, com 37 votos, e o servidor
29 técnico-administrativo Manoel Eduardo da Fonseca, com 17 votos. Não houve candidatos inscritos
30 para representação discente. Para a Comissão Local de Pesquisa, foi eleito o professor Evandro
31 Ricardo Guindani, com 36 votos. Não houve candidatos inscritos para representação discente e
32 técnico-administrativa. Para a Comissão Local de Extensão, foi eleita a professora Juliana Lima



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



33 Moreira Rhoden, com 35 votos, e a servidora Isabel Scalcon, com 17 votos. Não houve candidatos
34 inscritos para representação discente. Para a Comissão Local de Avaliação, foram eleitos os
35 servidores técnico-administrativos Cibele Cantini, com 11 votos e Ricardo Brites Moreira, com 06
36 votos. Não houve candidatos inscritos para representação docente nesta comissão. Em seguida,
37 foram apresentados os resultados das eleições para as coordenações dos cursos de Licenciatura
38 em Ciências Humanas e Serviço Social. Para a coordenação do curso de Serviço Social, os
39 professores Jocenir Silva (coordenador) e Jaqueline Quadrado (substituta) foram eleitos com
40 59,62% dos votos válidos, e para a coordenação do curso de Licenciatura em Ciências Humanas,
41 foram eleitos os professores Edson Paniagua (coordenador) e Evandro Ricardo Guindani
42 (substituto), com 89,17 % dos votos válidos. O resultado das Eleições foi aprovado por
43 unanimidade pelo Conselho. A professora Elisângela cumprimentou e agradeceu aos atuais
44 membros do Conselho pela participação no decorrer do ano de 2013 e destacou que devem ser
45 feitas novas eleições para os cargos que não tiveram candidaturas. A coordenadora acadêmica
46 informou ainda que esta é a última reunião com a composição do Conselho de 2013. **3) Assuntos**
47 **relacionados a Ensino, Pesquisa e Extensão:** o professor Daniel comunicou a realização do
48 Café Pesquisa em dezembro de 2013 e a possível continuação do evento em 2014. A professora
49 Juliana Rhoden apresentou o parecer da Comissão de Extensão sobre o projeto “Qualificação da
50 Gestão da 35ª CRE com base no SEAP”, coordenado pelo professor Fábio Corniani. O parecer foi
51 aprovado pela maioria do Conselho do Campus, havendo duas abstenções. A professora
52 Elisângela comunicou ao Conselho sobre a necessidade de novo concurso para a área de
53 Relações Públicas, em função da anulação do concurso anterior, e afirmou que assim que o
54 parecer sobre o concurso chegar, pode-se pensar um novo Edital, desde que se haja um novo
55 perfil e novos pontos e referencial. A coordenadora informou ainda que na reunião do colegiado
56 do curso de Serviço Social, hoje pela manhã a pensar o perfil para as vagas para os professores
57 que estão por ser redistribuídos. O curso começou hoje de manhã a trabalhar nesses perfis. Para
58 que a Direção encaminhe os perfis para os concursos de Relações Públicas e Serviço Social até
59 segunda-feira, pode ser feita uma decisão *Ad referendum*, se o Conselho entender que não há
60 problema, e encaminhada à divisão de concursos. Não há problema em manter mestre/doutor
61 com o concurso em andamento, para ter área diferenciada e pontos diferenciados do atual
62 concurso. Referente ao perfil de RP, pode ser mantido o que já foi solicitado, desde que se
63 mantenha o mesmo perfil (com exceção à questão de permitir que graduados participem, pois a lei
64 foi alterada) com os mesmos pontos e referencial. A direção compromete-se a passar o formulário
65 na íntegra até segunda-feira pela manhã. Os conselheiros manifestaram-se a favor de encaminhar
66 por decisão *Ad referendum* os perfis das vagas. **4) Decisões Ad referendum:** a professora
67 Elisângela apresentou o perfil para professor substituto na área de Serviço Social. Aprovado por



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



68 unanimidade. Em seguida, a coordenadora acadêmica apresentou o pedido de afastamento da
69 professora Adriana Hartemink Cantini, para participar de banca de mestrado na UNSAM –
70 Universidad Nacional de San Martín, em Buenos Aires, Argentina, no período de 07 a 12 de
71 fevereiro de 2014. O afastamento será com ônus limitado. O pedido de afastamento da professora
72 Adriana Cantini foi aprovado por unanimidade pelo Conselho. O último parecer encaminhado por
73 *Ad Referendum* foi a respeito da aprovação do programa de pós-graduação em Políticas Públicas.
74 Aprovado por unanimidade. **5) Pedido de recurso em concurso público:** a professora Elisângela
75 explicou aos presentes o ocorrido no último concurso público e a decisão do Conselho do Campus
76 na última reunião, e passou a palavra ao professor Daniel Etcheverry, membro da Comissão
77 nomeada para a análise do recurso. Professor Daniel leu o parecer, elaborado pela Comissão
78 Examinadora dos recursos, composta pelos professores Daniel Etcheverry, Ângela Gomes e
79 Leandro Comassetto, em reunião realizada no dia 18 de dezembro de 2013. Os componentes da
80 comissão analisaram os recursos das candidatas Jane Cláudia Jardim Pedó e Rosane Bernadete
81 Bochier Kist, referente ao concurso Público para a área de Serviço Social (Edital 158/2013),
82 ocorrido de 02 a 04 de dezembro de 2013. A Comissão leu o recurso da candidata Jane, que
83 solicita considerar seu título acadêmico de Doutora em Ciências como área afim do Serviço
84 Social. A Comissão, após consultar e observar a classificação das áreas do conhecimento da
85 CAPES/CNPQ entendeu como correta a avaliação da Banca Examinadora, ou seja, a área de
86 Ciências não é afim ao Serviço Social. O segundo ponto da referida candidata refere-se à Planilha
87 de Avaliação da prova de títulos. A Comissão procedeu à revisão solicitada, identificando
88 divergências entre as pontuações realizadas pela banca examinadora do referido concurso. Com
89 relação ao recurso da candidata Rosane Bernadete Bochier Kist, foi solicitada a revisão de todas
90 as etapas do processo seletivo, ou seja, prova escrita, didática, memorial e prova de títulos. O
91 professor Daniel destacou que somente depois que a comissão analisou os recursos das
92 candidatas e as provas de títulos e memorial de trajetória acadêmica é que a comissão analisou
93 as planilhas com as notas atribuídas às candidatas. A Comissão deliberou por analisar apenas as
94 provas de defesa de memorial de trajetória acadêmica e de títulos, por entender que se tratam de
95 itens com mais objetividade técnica, sem a necessidade de conhecimentos específicos na área do
96 concurso. A comissão analisou as provas de memorial e de títulos de todas as candidatas,
97 repontuando todas as planilhas de títulos num primeiro momento e, após, confrontaram os
98 resultados com os resultados obtidos pela banca examinadora. A Comissão discutiu os memoriais
99 com base nos critérios estipulados pelo Edital, sobre a pertinência das atividades propostas para o
100 trabalho na UNIPAMPA bem como da capacidade de reflexão das candidatas sobre suas
101 trajetórias de formação e atuação profissional, e a Comissão entendeu que existem elementos
102 suficientes para emitir um parecer com implicações inclusive nas notas atribuídas pela banca



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**



103 examinadora do concurso. No entendimento da comissão nenhuma das candidatas reuniu nos
104 seus memoriais condições suficientes para obter as notas máximas, em razão das fragilidades
105 apresentadas, como falta de maturidade reflexão acadêmica, insuficiência das propostas
106 desenvolvidas ou articulação das propostas no âmbito da UNIPAMPA. O professor Daniel
107 apresentou os pontos que a Comissão considerou positivos e negativos em cada memorial, e, por
108 fim, apresentou as sugestões da Comissão: 1) a leitura dos memoriais pelos membros do
109 Conselho; 2) Revisão das notas da prova de Defesa do Memorial para todas as candidatas. A
110 comissão fica a disposição para dirimir quaisquer dúvidas. A professora Elisângela frisou que a
111 comissão avaliadora dos recursos foi legitimada pelo Conselho do Campus para realizar o
112 trabalho apresentado nesta reunião, e apresentou três possibilidades de encaminhamento do
113 processo: primeiramente, acatar as indicações da comissão avaliadora dos recursos, legitimada
114 pelo Conselho. A segunda alternativa seria manter o resultado inicial e desconsiderar o parecer da
115 comissão. Já a terceira opção seria solicitar cancelamento do concurso. A coordenadora
116 acadêmica destacou que, pela leitura do parecer, fica claro que a comissão decidiu analisar
117 apenas memorial e títulos e que foram observadas discrepâncias verificadas nas provas de títulos
118 e memorial. A professora Ângela destacou que a comissão não teria condições de avaliar as
119 outras etapas da prova, por não serem profissionais da área, e destacou que a comissão não fez
120 planilha com resultado final, pois competia à comissão avaliar se acataria os recursos ou não, e o
121 trabalho foi feito em cima do que foi solicitado nos recursos. O professor Miro manifestou-se
122 favorável a considerar o parecer da comissão. A professora Elisângela afirmou que se o Campus
123 optar por pedir cancelamento à reitoria, esta analisaria o processo e daria parecer se cancela ou
124 não. A professora Renata pediu a palavra e manifestou-se a favor do cancelamento, pois esses
125 problemas colocam em xeque a credibilidade da instituição, e ponderou que assim como houve
126 disparidades nas notas atribuídas aos títulos e memoriais, podem também ter acontecido
127 disparidades nas notas das provas escrita e didática. O professor Daniel destacou que a comissão
128 recomenda a leitura dos memoriais por parte do Conselho. O conselheiro Edson manifestou-se a
129 favor do cancelamento do concurso. O professor Miro ponderou que, se o Conselho optar por
130 cancelar o concurso, estará deslegitimando o trabalho de uma comissão que foi designada
131 justamente pelo Conselho, o que seria como “voltar à estaca zero”. A professora Jaina
132 argumentou que na área de Serviço Social há uma preocupação muito rígida com a legislação, e
133 que a lei que rege o trabalho do Assistente Social prevê que tudo que disser respeito ao Serviço
134 Social deve ter um profissional do Serviço Social para avaliação. O professor Jocenir citou a lei
135 que regulamenta o Serviço Social e afirmou que o memorial seria um plano de trabalho, portanto,
136 só pode ser avaliado por profissionais do Serviço Social, e destacou que tem todo respeito pelo
137 trabalho da comissão, quem tem autonomia para emitir notas, mas como se trata de profissional



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**



138 de Serviço Social, a comissão não teria legitimidade para discorrer sobre assuntos desta área. O
139 conselheiro Luís André falou sobre a hierarquia de normas no serviço público e afirmou que existe
140 uma contradição entre a lei do assistente Social e a lei de criação da Universidade, pois ambas
141 são leis federais, e o Conselho do Campus não está agindo contra a lei, muito pelo contrário, está
142 agindo de acordo com a lei que rege a Universidade. O coordenador administrativo ponderou que
143 a universidade ainda está em formação, e muitos regimentos de setores e conselhos específicos
144 ainda não foram criados. Mas já temos o estatuto e o regimento, e a universidade já aprovou
145 como os concursos devem ser constituídos. Está definido que na composição do Conselho de
146 cada Campus deve constar um representante de cada curso, e não está escrito em lugar algum
147 que devemos seguir normas específicas de conselhos, e sim, a lei federal que rege a
148 universidade, por isso, o Serviço Social deve procurar outras instâncias se entender que está
149 sendo prejudicado pela norma da Universidade. Estamos seguindo o que a Unipampa nos instruiu
150 a fazer. O próprio regimento da Universidade impede, em casos como este, que apenas
151 profissionais de uma área específica façam análise dos recursos, pois o regimento prevê que o
152 Conselho é que deve fazer análise desse tipo de recurso. A professora Elisângela afirmou que
153 não vê o cancelamento como desautorizar a comissão, pois não existem verdades absolutas e
154 isso vale tanto para a Banca Examinadora quanto para a Comissão Avaliadora, e o Conselho
155 pode rever seus posicionamentos. Quando chegar essa solicitação à reitoria, há duas opções: ou
156 cancela-se o concurso imediatamente, ou abre-se uma sindicância. O que o conselho fará é uma
157 solicitação que pode ou não ser acatada pela reitoria. O conselheiro Edson afirmou que o
158 Conselho é legítimo e soberano para tomar decisão, e é composto por classes diferentes
159 justamente para evitar o corporativismo da classe, e, como membro da comissão que avaliou os
160 recursos, entende que a partir dessas discrepâncias, podem ter havido outras discrepâncias nas
161 demais etapas do concurso. O professor Miro destacou que qualquer concurso é passível de
162 falhas, que são por sua vez passíveis de cancelamento. O professor Edson destacou que um
163 memorial acadêmico não é uma atividade específica de uma profissão, e sim uma atividade
164 docente, e que, portanto, os docentes têm capacidade para avaliar questões relativas à docência,
165 como é o memorial de trajetória acadêmica. A professora Ângela destacou que enquanto
166 integrante da comissão, não foi nem um pouco confortável fazer esse trabalho, pois os integrantes
167 tinham noção da seriedade do trabalho, dos possíveis desdobramentos e tivemos noção da
168 distância da área do Serviço Social. O professor José afirmou que seria melhor aprovar um
169 professor agora, e destacou a urgência de se fazer novo concurso o quanto antes. O professor
170 Edson ponderou que o que está sendo discutido é o concurso e não a falta de professores, e que
171 a falta de professores não é justificativa para automaticamente ocorrer aprovação nos concursos,
172 e isso tem que ficar claro. A professora Elisângela solicitou que fosse votado o encaminhamento



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



173 do processo. Com onze votos a favor uma abstenção, a maioria do Conselho aprovou a sugestão
174 de solicitar o cancelamento do concurso para a área de Serviço Social (Edital 158/2013). **6)**
175 **Assuntos gerais:** a professora Elisângela informou que nos últimos dias foi encaminhado para os
176 coordenadores dos cursos e responsáveis pelos setores do Campus o relatório de atividades e
177 relatório de gestão. Os dados devem ser enviados até amanhã. O relatório da gestão é mais
178 denso, com mais dados, e está sob a responsabilidade da coordenação acadêmica, administrativa
179 e direção. A coordenadora acadêmica lembrou aos Conselheiros que o relatório, assim que
180 concluído, deve ser colocado para apreciação no Conselho do Campus. Em seguida, o
181 conselheiro Luís André comunicou a troca do micro-ônibus do Campus por um micro-ônibus novo,
182 apropriado para transporte rodoviário, e destacou o empenho do diretor do Campus para a troca
183 do veículo, visto que o micro-ônibus antigo não era adequado para uso rodoviário. O coordenador
184 administrativo frisou ainda que o novo veículo não pode ser utilizado em estradas de terra. Além
185 disso, o micro-ônibus pode ser usado em viagens fora do estado, mas para isso deve haver dois
186 motoristas na viagem. A professora Elisângela informou que já está em funcionamento na página
187 do Campus o link do Conselho, com as pautas, atas e calendário de reuniões. Posteriormente, a
188 professora Elisângela apresentou ao Conselho o manifesto entregue pelos alunos da sexta turma
189 de Serviço Social, a respeito da estrutura no Campus no que diz respeito à falta de aparelhos de
190 ar-condicionado e de cortinas, o que prejudica o andamento das aulas considerando as condições
191 climáticas de São Borja, onde as temperaturas nesta época estão cada vez mais elevadas. A
192 professora Elisângela fez a leitura da manifestação entregue à direção neste mesmo dia, pela
193 manhã. Os alunos deixam claro que não assistirão mais às aulas nos ambientes nessas
194 condições. A coordenadora acadêmica relatou ainda que havia comunicado o problema para a
195 pró-reitora Helena (PROGRAD), e esta respondeu que o problema é geral, ou seja, todos os
196 Campi da UNIPAMPA enfrentam dificuldades para acompanhar as aulas nos dias de calor, e
197 faltam aparelhos de ar-condicionado e também ventiladores em muitas salas. A professora
198 Elisângela lembrou que uma sugestão levantada foi de suspender as aulas nos dias de
199 temperaturas altas, entretanto, o Conselho do Campus não tem autonomia para isso, porque esta
200 decisão vai contra o calendário acadêmico que foi estabelecido pelo CONSUNI. O professor
201 Edson relatou que a sensação é que temos uma situação que parece que não quer resolver. As
202 instâncias existem, mas parece que não se quer fazer nada, e não é o que está acontecendo:
203 existem prazos legais que devem ser cumpridos e são morosos, e existem problemas de
204 infraestrutura que já são recorrentes no Campus, e todos devem se unir para pensar em uma
205 solução para o problema. O ar-condicionado foi instalado porque existia um prazo para
206 recebimento e instalação dos equipamentos, que, se não fossem instalados, teriam de ser
207 devolvidos à empresa. O conselheiro Nizar afirmou que concorda com o prof. Edson, que



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**



208 devemos nos unir para tentar resolver esse problema, e comunicou ao Conselho o recebimento do
209 manifesto da 7ª turma do Serviço Social, que também critica o descaso com relação à
210 infraestrutura, pois em algumas salas não existem sequer cortinas. A situação da turma não é
211 diferente das outras turmas e de outros cursos, e os discentes questionam também o acesso a
212 demais salas e laboratórios, deixando claro, por fim, que não assistirão mais às aulas em
213 ambientes que não têm as condições mínimas de climatização. A coordenadora acadêmica
214 afirmou que as questões levantadas são legítimas, porém, cabe o questionamento sobre o uso de
215 laboratórios como sala de aula: qual critério para definir que turma poderá ter aula no laboratório?
216 O professor Miro falou sobre verificar a quantidade de alunos em turmas com refrigeração.
217 Revisar o uso das salas de aula para que as turmas maiores possam ter aula nas salas
218 refrigeradas, e afirmou que a suspensão das aulas será mais prejudicial, e sugeriu levar essa
219 demanda para a imprensa, para pressionar por soluções. A professora Elisângela lembrou que
220 mesmo salas climatizadas podem não dar conta da demanda, devido ao número de pessoas nas
221 salas e às temperaturas mais altas que o usual. O coordenador administrativo fez um relato sobre
222 o que foi feito pela direção do Campus para instalação de aparelhos de climatização: no início do
223 ano, só havia ar-condicionado nas salas com computadores. Para o prédio acadêmico II, foram
224 comprados 24 aparelhos de ar-condicionado, só que, posteriormente, iniciou-se uma briga jurídica
225 com a empresa responsável pelos equipamentos, pois, com a redução do IPI, a empresa
226 entendeu que teve prejuízo e iniciou um processo judicial contra a UNIPAMPA. Com isso, o
227 Campus necessitou realizar um novo pedido de compra de ar-condicionado, e a previsão de
228 entrega dos aparelhos era apenas para 2015. Neste último pregão do ar-condicionado, previu-se a
229 entrega juntamente com a instalação do ar-condicionado. Além disso, desde julho a direção do
230 Campus vem alertando a reitoria sobre a necessidade de readequar a rede elétrica da obra do
231 prédio II, pois a empresa não fez a instalação de rede elétrica para ar-condicionado. Chegaram os
232 aparelhos de ar-condicionado, e tiveram de ser instalados, mesmo sem poderem ser ligados em
233 função da rede elétrica para não se perder o prazo e os aparelhos terem de ser devolvidos.
234 Paralelamente a isso, começou-se a pensar em paliativos: a coordenação administrativa
235 conseguiu comprar ventiladores e pediu aos outros Campi que já estivessem com os aparelhos de
236 ar-condicionado funcionando, que mandassem para São Borja os ventiladores que estivessem
237 sem uso. Praticamente todas as salas do Campus têm ventilador e ar-condicionado. Se os
238 aparelhos de ar-condicionado forem ligados, podem causar queda de energia em todo o prédio, o
239 que pode acarretar queima dos equipamentos. Atualmente, o único engenheiro eletricista do
240 Campus está fazendo o projeto elétrico do Campus II e da Casa do Estudante. Pode-se rever a
241 questão das prioridades, que a rede elétrica deste prédio é mais urgente, pois o prédio já está em
242 funcionamento; porém, mesmo que isso seja aprovado e a prioridade passe a ser a rede elétrica



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**



243 do prédio II, deve demorar mais sessenta dias para ser feito esse projeto de readequação das
244 salas. O coordenador administrativo destacou que a servidora Tiane faz o agendamento de salas
245 de aula de acordo com o tamanho das salas e do número de alunos, e que o Campus utilizava
246 salas do Grupo Professor Roberto porque não havia espaço no Campus; como agora temos as
247 salas, não temos por que renovar o contrato. Quando vieram as divisórias, trabalhamos no sentido
248 de readaptar para poder comportar o maior número de pessoas. Conseguimos deixar uma sala
249 para 65 lugares; duas salas para mais de 60 alunos, que atendem turmas dos três turnos. Apenas
250 três turmas têm mais de 60 alunos. Agora o Campus tem duas salas de 50 lugares, duas salas de
251 45 lugares e duas salas de 35 lugares, para as turmas de 20,25 alunos. Estamos procurando
252 carona nos pregões para aquisição de mais aparelhos de ar-condicionado, mas enquanto não
253 estiver pronta a rede elétrica não há como utilizar os aparelhos. Não podemos tirar as turmas dos
254 laboratórios em que os alunos necessitam usar os equipamentos para as turmas que não
255 necessitam dos equipamentos. Devem-se pensar cuidadosamente nos critérios a utilizar para
256 remanejar as turmas. O conselheiro Luís André relatou também que a direção do Campus
257 recebeu ontem reclamações de duas turmas, mas é necessário manifesto das outras turmas a fim
258 de termos respaldo para exigir a solução desse problema. Os prédios novos já estão sendo
259 projetados prevendo a existência de rede apropriada para climatização. O discente Cássio pediu a
260 palavra precisamos reestabelecer as prioridades, e questionou a nova divisão das salas de aula,
261 pois há salas de aula que ficaram “apertadas” para um grande número de alunos, e afirmou que a
262 comunidade acadêmica deveria ter sido consultada para decidir sobre a divisão das salas. O
263 conselheiro Luís André solicitou que os discentes presentes na reunião dissessem, então, as suas
264 sugestões para resolver o problema. O aluno Cassio afirmou que não se sente à vontade para
265 responder por toda a turma, e sugeriu chamar uma assembleia discente para discutir alternativas,
266 além de levar a questão para o CONSUNI. O aluno destacou também que a manifestação dos
267 estudantes não se trata de atribuir “culpa” pelo problema a determinado gestor ou a determinado
268 setor da universidade, mas sim, de buscar soluções para o problema. Após debate entre os
269 conselheiros presentes com os discentes presentes na reunião, foram levantadas as seguintes
270 sugestões para buscar resolver o problema: 1) realizar assembleia estudantil para discutir o
271 problema; 2) Levar para o CONSUNI a situação da precarização das salas e das más condições
272 das aulas nas épocas de calor; 3) Instalar mais bebedouros; 4) Discutir a possibilidade de redução
273 de turnos de aulas; 5) Remanejar as salas existentes; 6) Solicitar mais uma vez que os
274 professores avisem quando não forem usar as salas com ar-condicionado. A professora Renata
275 questionou a liberação de servidores para as férias sem a designação de um responsável pelas
276 atividades, como acontece no caso do agendamento das salas, em que a servidora responsável
277 está em férias e não há outros servidores para fazer este trabalho, e relatou também a dificuldade



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**



278 em usar os equipamentos dos laboratórios uma vez que todos os técnicos dos laboratórios tiraram
279 férias simultaneamente. Em seguida, o coordenador administrativo informou que a partir de
280 segunda-feira (27/01) inicia a obra de drenagem do terreno do Campus, e este trabalho irá
281 interferir no espaço do estacionamento. A obra tem previsão para seis meses, mas a empresa
282 afirma que em quatro meses pode ficar pronta. O servidor Everton pediu a palavra e lembrou que
283 está prevista a execução da obra de ligação da fibra ótica do Campus para o RU e para o Campus
284 III, o que pode causar problemas uma vez que será feita a obra de drenagem e pavimentação do
285 Campus, e esta obra terá de ser parcialmente desfeita para execução de uma nova obra, de
286 ligação da fibra ótica. O coordenador administrativo destacou que é importante a observação do
287 colega, e afirmou que os setores da reitoria responsáveis por estas obras estão cientes dessas
288 implicações. Nada mais havendo a tratar, às dezesseis horas e trinta minutos foi encerrada a
289 reunião e, para constar, foi lavrada a presente Ata, que será assinada pelo presidente do
290 Conselho, pelos conselheiros presentes e por mim, Katia Luisa Seckler, secretária executiva no
291 Campus São Borja.